



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - SEFIS/DEA/CGPLAM/DLOG/PF

ESTUDO PRELIMINAR Nº 36382635/2024-SEFIS/DEA/CGPLAM/DLOG/PF

1. 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Número do processo: 08200.015927/2024-85

2. 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Trata-se da necessidade de fornecimento de energia elétrica para a Coordenação do Comando de Aviação Operacional - CAOP /CGAP/DIREX/PF, em Brasília-DF. Este estudo visa fornecer os dados de consumo de energia elétrica na **Coordenação do Comando de Aviação Operacional - CAOP/CGAP/DIREX/PF, em Brasília-DF**, no período de janeiro de 2022 a maio de 2024 e, baseado nestes dados, fornecer uma estimativa daquilo que deverá ser consumido no ano de 2025, através de tratamentos estatísticos aplicados ao histórico dos valores das respectivas tarifas de consumo. O estudo preliminar visa proporcionar uma maior eficiência na contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica e busca, ainda, trazer maior transparência ao processo licitatório, dando publicidade aos gastos anteriores com energia elétrica.

2.2. Com efeito, a inexigibilidade de licitação encontra-se presente quando houver inviabilidade de competição, ou seja, quando um dos contendores reúne qualidades tais que se torna único, exclusivo, "sui generis", a tal ponto que inibe os demais licitantes, sem condições competitivas.

2.3. Na Lei n. 14.133/2021, a figura da inexigibilidade consta disciplinada pelo artigo 74:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

(....)

2.4. A ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, **firmou Contrato de Concessão n. 66/99 - ANEEL publicado no DOU n. 174-E de 10/09/1999**, tendo como concessionária a CEB - Companhia Energética de Brasília, hoje NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A., que definiu na cláusula primeira - objeto do contrato: regula a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica objeto da concessão de que é titular a CONCESSIONÁRIA, no Distrito Federal, reagrupada, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.074/95 e do Decreto nº 1.717/95, por meio da Resolução ANEEL nº 212, de 23 de junho de 1999, publicada no Diário Oficial de 24 de junho de 1999, cujo prazo foi prorrogado de conformidade com a Portaria MME nº 254, de 12 de julho de 1999, publicada no Diário Oficial de 13 de julho de 1999.

2.5. Assim, o presente objeto alinha-se na hipótese enquadrável na regra geral do artigo 74, inciso I, da Lei n. 14.133 de 2021 pois demonstrada a exclusividade no fornecimento de energia elétrica no Distrito Federal, por restar inviabilizada, neste caso, a realização de procedimento licitatório, haja vista a ausência de pressuposto lógico, traduzido na figura do fornecedor exclusivo.

2.6. Atualmente o serviço vem sendo prestado pela NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A. por meio do Contrato n. 01 /2021-CGAD/DLOG/PF, cuja vigência iniciada em 16 de março de 2021 possui prazo indeterminado, conforme Orientação Normativa AGU n. 36, de 13 de dezembro de 2011.

2.7. Contudo, com a eficácia da Lei n. 14.133/2021, a Portaria SEGES/MGI N. 1.769, de 25 de abril de 2023 definiu regras de transição para o uso da nova Lei nas contratações públicas, fazendo constar do art. 5º:

Art. 5º Os contratos celebrados com vigência por prazo indeterminado, como os serviços públicos essenciais de **energia elétrica**, água e esgoto, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU nº 36, de 13 de dezembro de 2011, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024, e providenciadas as novas contratações de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021.(grifei)

2.8. Do exposto, em observância ao adequado planejamento, é iniciado, tempestivamente a nova contratação.

3. 3. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
CAOP/CGAP/DIREX/PF	GUILHERME LOPES MADDARENA

4. 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos legais:

4.1.1. Contrato de Concessão n. 66/99 - ANEEL que define regras para a distribuição de energia elétrica que celebram a União, por intermédio da Agência nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e a CEB - Companhia Energética de Brasília, hoje NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO ENERGIA S.A., cujo prazo de vigência é de até 07 de julho de 2045.

4.1.2. Lei n. 14.133 de 2021, que dispõe normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.1.3. Decreto n. 9.507/2018 dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedade de economia mista controladas pela União.

4.1.4. Instrução Normativa SLTI/MP n. 05/2017, dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados ou não.

4.2. Requisitos gerais:

4.2.1. Fornecimento de energia elétrica é essencial para o funcionamento das atividades laborais das unidades beneficiadas com a contratação, cuja interrupção comprometeria a continuidade das atividades funcionais tanto das área de apoio e meio, bem como, finalísticas.

4.2.2. A medição da energia fornecida, em todos os seus parâmetros, será efetuada por meio de equipamento de medição pertencentes e instalados pela concessionária, nas unidades consumidoras, de acordo com suas normas e padrões.

5. 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A futura contratada é concessionária de distribuição e fornecimento de energia elétrica. Atualmente, a NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A. é a única distribuidora de energia elétrica no Distrito Federal. De acordo com o Contrato de Concessão n. 66/99 - ANEEL, este contrato não confere à CONCESSIONÁRIA direito de exclusividade relativamente aos consumidores de energia elétrica que, por força da Lei n. 9074/95, possam adquirir energia elétrica de outro fornecedor. Também não confere exclusividade de atendimento da CONCESSIONÁRIA nas áreas onde ficar constatado pela ANEEL, conforme procedimento a ser definido em regulamentação própria, a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da Lei n. 9.074/95.

5.2. As modalidades tarifárias são um conjunto de tarifas aplicáveis ao consumo de energia elétrica e à demanda de potência ativa. Elas são definidas de acordo com o Grupo Tarifário, segundo as opções de contratação definidas na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 e no Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret. Já a tarifa de energia representa o

preço da energia consumida, cobrado por unidade consumidora(R\$/kWh). A definição das tarifas é responsabilidade da ANEEL, que age em conformidade com as leis e os contratos de concessão estabelecidos com as empresas distribuidoras.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1. A futura contratada é concessionária de distribuição e fornecimento de energia elétrica. Atualmente, a NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A. é a única distribuidora de energia elétrica no Distrito Federal. De acordo com o Contrato de Concessão n. 66/99 - ANEEL, este contrato não confere à CONCESSIONÁRIA direito de exclusividade relativamente aos consumidores de energia elétrica que , por força da Lei n. 9074/95, possam adquirir energia elétrica de outro fornecedor. Também não confere exclusividade de atendimento da CONCESSIONÁRIA nas áreas onde ficar constatado pela ANEEL, conforme procedimento a ser definido em regulamentação própria, a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da Lei n. 9.074/95.
- 6.2. A solução a ser implementada deve ser a contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica da concessionária presente no âmbito do Distrito Federal/DF, a NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.
- 6.3. A prestação de serviço ocorrerá nas unidade e respectivo endereço relacionado:
- Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares nº 13/14 - Brasília - DF.
- 6.4. Em caso de alteração de endereço das unidades beneficiadas, desde que dentro do Distrito Federal, será realizado aditamento contratual para conter o novo endereço e as novas tarifas, se for o caso, conforme informações tarifárias do site da concessionária.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 7.1. O fornecimento de energia elétrica será prestado de forma contínua e ininterrupta por prazo indeterminado, com prazo inicial a contar da assinatura do instrumento de contratação - nos termos da ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, bem como o artigo 71 da LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016, conforme consumo mensal a ser medida pela NEOENERGIA e serviço acompanhado por agente público da contratante.
- 7.2. A demanda necessária pelas unidades beneficiadas pela contratação levou em conta o consumo estimado e o efetivamente executado por meio da atual contratação – Contrato n. 01/2021-CGAD/DLOG, além do quantitativo de KW efetivamente medido nos exercício de 2022, 2023 e até maio de 2024, conforme planilha contida no item 8 deste documento.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. **Valor (R\$): 165.284,99 9cento e sessenta e cinco mil duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos).**
- 8.2. As modalidades tarifárias são um conjunto de tarifas aplicáveis ao consumo de energia elétrica e à demanda de potência ativa. Elas são definidas de acordo com o Grupo Tarifário, segundo as opções de contratação definidas na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 e no Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Prorot. Já a tarifa de energia representa o preço da energia consumida, cobrado por unidade consumidora(R\$/kWh). A definição das tarifas é responsabilidade da ANEEL, que age em conformidade com as leis e os contratos de concessão estabelecidos com as empresas distribuidoras.
- 8.3. A estimativa para o valor anual da nova contratação considerou o consumo efetivamente executado nos anos de 2022, 2023 e proporcional do atual exercício 2024, o qual será exposto a seguir.
- 8.4. O consumo de energia elétrica se refere à soma das medições de energia ativa consumida por uma unidade consumidora ao longo de um ciclo de faturamento. A medida é o KWh.
- 8.5. A figura 1 corresponde ao consumo de energia elétrica relativo ao período compreendido entre janeiro de 2022 a maio de 2024.

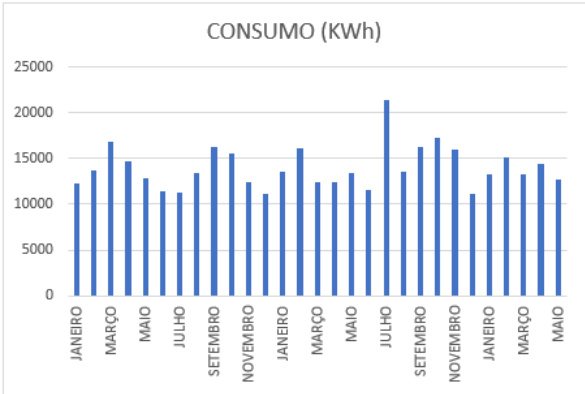


Figura 1: Gráfico de Consumo

- 8.6. Da figura 1, retira-se os seguintes dados, dispostos na Tabela 1:

Tabela 1: Resumo de Dados de Consumo				
	Média de 2022 (KWh)	Média de 2023 (KWh)	Média de 2024 (KWh)	Média Histórica (KWh)
Consumo	13.480	14.570	13.279	13.776

- 8.7. Percebe-se um aumento no consumo do ano de 2022 para o ano de 2023. Em referência ao ano de 2024, não é possível ter uma média exata, visto que os dados disponíveis são de até maio de 2024. Mas, observando os primeiros meses do corrente ano, é possível perceber uma manutenção da média de consumo em relação ao ano de 2023.
- 8.8. Quanto ao valor das faturas cobradas pela concessionária local, a Figura 2 ilustra a evolução dos gastos das faturas no período em análise (janeiro de 2022 a maio de 2024).

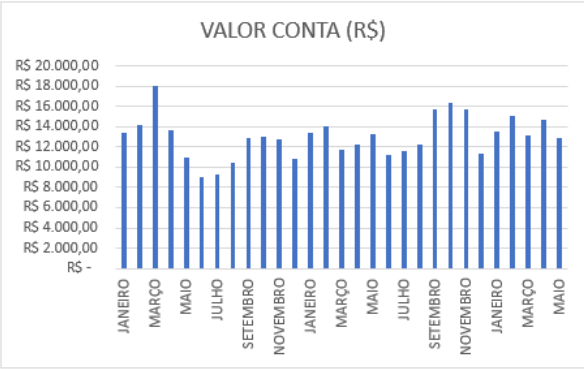


Figura 2: Demonstrativo do Valor das Faturas

8.9. Da figura 2 retiram-se os seguintes dados, dispostos na Tabela 2:

Tabela 2: Resumo dos Gastos				
	Média de 2022 (R\$)	Média de 2023 (KWh)	Média de 2024 (KWh)	Média Histórica (KWh)
Consumo	R\$ 12.349,09	R\$ 13.227,54	R\$ 13.874,00	R\$ 13.150,21

8.10. Fazendo uma análise em cima dos valores apresentados, percebe-se que a média histórica dos valores no período em análise não mais traduz os valores que foram pagos ao longo de 2024. Isto se deve ao fato de que no ano os valores cobrados pelo KWh tiveram um aumento significativo, conforme ilustram os dados da Tabela 3 e da Figura 3.

Tabela 3: Preços do KWh			
MÊS	2022	2023	2024
Janeiro	R\$ 0,9906991	R\$ 0,8922357	R\$ 0,9777948
Fevereiro	R\$ 0,9704479	R\$ 0,8110387	R\$ 0,9901782
Março	R\$ 1,0165482	R\$ 0,8651675	R\$ 0,9802967
Abril	R\$ 0,8455442	R\$ 0,8870247	R\$ 1,0093530
Maior	R\$ 0,7829875	R\$ 0,8914389	R\$ 0,9957113
Junho	R\$ 0,7124419	R\$ 0,9009792	
Julho	R\$ 0,7174215	R\$ 0,8793227	
Agosto	R\$ 0,7101542	R\$ 0,8897361	
Setembro	R\$ 0,7337200	R\$ 0,9064733	
Outubro	R\$ 0,7831046	R\$ 0,9290041	
Novembro	R\$ 0,9520505	R\$ 0,9818040	
Dezembro	R\$ 0,8926917	R\$ 0,9564346	

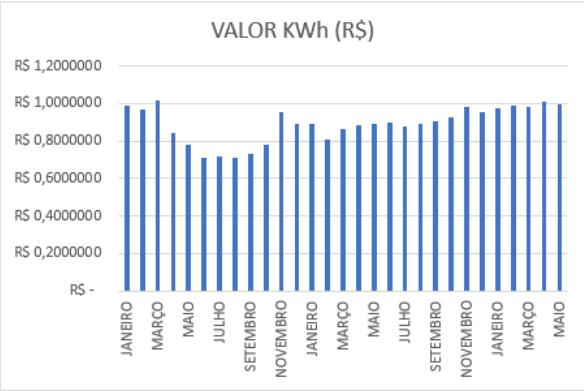


Figura 3: Demonstrativo do Valor do KWh

8.11. Observando todos os gráficos e as tabelas apresentadas, observando a sazonalidade do consumo, as médias de consumo e valores de conta de anos anteriores, assim como a média de consumo e de gastos com energia elétrica do ano corrente, chega-se a um custo anual de R\$165.284,99, ou um custo mensal de R\$13.773,75, para o ano de 2025.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Pela inaplicabilidade ao objeto, não haverá parcelamento da solução.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. A nova contratação visa substituir o atual contrato de mesmo objeto, o Contrato n. 01/2021, tendo em vista exigência legal. Não havendo contratações correlatas e/ou interdependentes no presente processo.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico da Polícia Federal, contribuindo para que se atinjam os seguintes Objetivos Institucionais e Ações Estratégicas:

- Otimizar o emprego dos bens e recursos materiais.
- Gestão de Contratos.

11.2. Portanto a contratação pretendida abrange os referidos aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

11.3. A contratação está alinhada com o Parecer referencial n. 00004/2024/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU. Esta contratação será realizada por meio do ambiente de contratação regulada (ACR).

12.

BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO
- 12.1.

Prestação de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica para as dependências da Polícia Federal na unidade de consumo localizada no Aeroporto Internacional de Brasília Setor de Hangares nº 13/14, de forma contínua e ininterrupta por prazo indeterminado a contar da data da assinatura do termo de contrato, conforme consumo mensal medido pela NEOENERGIA, para atender as demandas da localidade relacionada.
- 12.2.

De todo modo, o principal resultado pretendido com a nova contratação é a transição para o uso da nova lei de licitações Lei 14.133/2021, conforme definido prazo pela Portaria SEGES/MGI N. 1.769, de 25 de abril de 2023.
13.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS
- 13.1.

Tendo em vista que já se encontra em vigor um contrato de fornecimento entre esta Unidade e a NEOENERGIA, e que já existem todas as instalações necessárias e suficientes para o fornecimento e recebimento na unidade predial, não haverá necessidade de novas providências para execução do novo contrato.
14.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS
- 14.1.

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 6º e seus incisos da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, a CGAD/DLOG/PF, quando da contratação de serviços, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
" I – (...);
II – (...);
III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
V – (...);
VI – (...);
VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;."
- 14.2.

A comprovação do disposto no item acima e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do Projeto Básico.
15.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE
- Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.
- 15.1.

Justificativa da Viabilidade
- Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.
16.

RESPONSÁVEIS

Hélio de Souza Silveira
SIAPE 2271335
Membro da Comissão da Contratação

Carlos Antônio Melquiades Gonçalves dos Santos
Membro da Comissão da Contratação
SIAPE 2254940

Leonardo Teixeira Fabris
Membro da Comissão da Contratação
SIAPE 1558129

APROVAÇÃO:

1. Aprovo o Estudo Técnico Preliminar Digital nº 36382635/2024, nas especificações e quantidades descritas, por se mostrar adequado ao atendimento das necessidades da Polícia Federal em Brasília/DF.
2. Por iguais razões, AUTORIZO o prosseguimento do processo licitatório na modalidade de contratação direta por INEXIGIBILIDADE, para contratação de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica para as dependências da Polícia Federal na unidade de consumo localizada no Aeroporto Internacional de Brasília e Aeroporto de Brasília - Hangar 13/14, discriminadas neste documento.

ANDRÉ LUIS LIMA CARMO
Delegado de Polícia Federal
Diretor de Administração e Logística

Processo nº 08200.015927/2024-85
0.1.



Documento assinado eletronicamente por **HELIO DE SOUZA SILVEIRA**, **Agente de Polícia Federal**, em 06/08/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=36382635&crc=19BCB1A0.
Código verificador: **36382635** e Código CRC: **19BCB1A0**.